

O Ministério da Reconciliação no Brasil

P. Eduardo Hoornaert

Colégio Cristo Rei

Semana Teológica — 1969

Segue nas linhas aqui apresentadas uma tentativa de definição do sacerdócio ou ministério sacerdotal a partir da realidade brasileira. Esta se nos apresenta de extraordinária complexidade cultural e social. O Brasil é um convite ao encontro intercultural, uma exigência de abertura, uma nação onde o fechamento e o preconceito podem levar às piores crises. Todos sabem que — dentro do território nacional — se encontram pessoas de três continentes: da África, da América e da Europa, e que se manifesta atualmente uma aproximação sempre maior destas três culturas: a cultura ameríndia, africana e européia (Veja: Artur Ramos, *Antropologia Brasileira*).

A religião católica era, originalmente, desconhecida por índios e africanos. Ela chegou a ser conhecida pela ação colonizadora dos portugueses e demais europeus. Por isso mesmo, o catolicismo se situa, no Brasil, em termos diferentes daqueles que se observam na Europa, onde, pelo processo da cristandade, o catolicismo chegou a ser a base da própria cultura ocidental européia. A cristandade latino-americana não pode ser confundida com a cristandade européia. As situações são muito diferentes (Veja: Thales de Azevedo, *O Catolicismo Brasileiro*).

A nova situação em que se encontra o catolicismo na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular, vem a suscitar nos teólogos latino-americanos uma renovadora visão da tarefa cristã na teologia paulista do paganismo, judaísmo e cristianismo (Veja: as publicações dos encontros de teólogos latino-americanos nas edições DILAPSA de Santiago Chile e NUEVA TIERRA de Barcelona).

A Experiência nova de São Paulo.

São Paulo foi o primeiro apóstolo a sair da cultura judaica ao encontro do paganismo. Isso constitui uma experiência totalmente nova para aquele que se convertera do farisaísmo judeu ao cristianismo. Como pode um pagão tornar-se cristão? Será que ele deve aceitar a religião dos judeus? Será que deve submeter-se à circuncisão, sinal de pertença ao povo eleito? Qual é o lugar do paganismo na economia da salvação? São Paulo se esforçou — ao longo de numerosos anos — a esclarecer estas questões vitais, como podemos verificar na Epístola aos Romanos e na Epístola aos Efésios, principalmente. Na reflexão paulina, todavia, a experiência da vida comunitária junto às primeiras igrejas pagano-cristãs deve ser considerada como decisiva. Atualmente estamos percebendo — também aqui no Brasil — que a evangelização não pode ser equiparada a uma simples aculturação e que a mensagem de Cristo excede a formulação e a organização que ela recebe ao longo da história humana. Isso nos obriga a repetir as palavras de São Paulo: "Em outras gerações não foi manifestado aos homens como agora tem sido revelado...: que os gentios são co-herdeiros conosco (judeus) participantes da promessa em Jesus Cristo pelo evangelho" (Ef 3, 5-6).

Só Cristo é a Reconciliação (Ef 2, 13-17).

Como devemos então encarar a cristianização do Brasil? Como agir diante de religiões não-cristãs (cultos afro-brasileiros, cultos caboclos, espiritismo)

e não-católicas (protestantismo, especialmente, pentecostismo)? Como situar o batismo de crianças, a missa dominical, o sistema sacramental, em geral, diante da nova realidade que se nos apresenta?

Em contato com os pagãos e os valores de sua religião, São Paulo compreende que a circuncisão não salva. A mera "sacramentalização" não salva. A salvação vem da fé em Cristo (Rom., capítulos 4 e 5). Jesus Cristo dá um sentido novo a todos os conceitos da religião 'pagã', como são: Deus, santos, sacerdotes, sacrifícios ou promessas, orações, céu, pecado, salvação. Cada qual destes conceitos religiosos deve ser compreendido de maneira inteiramente nova, isto é, de maneira cristã.

Nenhuma 'lei' salva, nem a pagã, nem a judaica (Rom., capítulos 2 e 3). Não é por observância de leis e preceitos, nem por realização de ritos e gestos que um povo se aproxima de Deus, mas pela fé em Jesus Cristo que viveu entre nós, **reconciliando** judeus e pagãos. Como devemos entender isso? Será que Cristo constitui um "compromisso", que abre o caminho para o sincretismo religioso, de sorte que "todas as religiões sejam boas"? Será que é verdade que a 'reconciliação' é fruto de diplomacia, causa de alienação e de imobilismo, baseada numa falsa idéia de caridade, expressão de compromisso farisaico? Como entender uma 'reconciliação' libertadora, baseada no respeito pelos irmãos, aberta, pedagógica, provisória (no sentido de: suscetível de contínuos progressos), dinâmica?

Precisamos voltar à dialética estabelecida por São Paulo entre o que ele chama paganismo (lei pagã, os gentios) e judaísmo (lei da circuncisão) e que hoje é comumente denominado pela terminologia: religião e evangelho.

A dialética: religião — evangelho.

O ponto de partida da obra cristianizadora é a religião pagã. Cada um nasce no paganismo. Em

certas religiões, o paganismo cultural tem o nome de catolicismo, como é o caso do Brasil, analisado pelos estudos de Charles Wagley, Eduardo Galvão, Donald Pierson, Emílio Willems e tantos outros (veja: a coleção BRASILIANA). Os padres católicos são, em grande parte, interpretados pelas diversas camadas da população, tanto pelas camadas burguesas como pelas camadas populares, como 'pagés' da cultura dominante (Veja: a distinção entre 'lei' e 'religião' no Nordeste, REB, SET. 1969). Quem nasceu no catolicismo brasileiro sabia que — até certa altura — terá que converter-se dêste catolicismo ao cristianismo, assim como o judeu tem que converter-se à mensagem de Cristo.

A posição pagã é fundamentalmente criticada no momento em que se profere sobre ela a palavra evangélica que anuncia uma realidade que excede infinitamente os nossos conceitos humanos a respeito de Deus e das realidades divinas, de sorte que ela constitui, em primeiro lugar, um desmentido da falsa segurança e da falsa verdade que a religião pagã pregava. Os homens estão tão habituados a falar do 'Deus do Céu', do 'Jesus' lá no alto, da Igreja — hierarquia, que eles ouvem com escândalo a mensagem de Deus Pai aos homens, de Jesus Cristo nosso Irmão, da Igreja baseada essencialmente na conversão interior.

O evangelho se apresenta para os que não são pobres como um escândalo, um choque e até uma heresia.

Todavia, acontece que o próprio evangelho, entregue aos homens, pode perverter-se em farisaísmo. Um evangelho farisaico constitui um perigo tão grande para o cristianismo, que São Paulo não se cansa em acusar esta tremenda perversão (Rom 2, 17-24).

Por isso mesmo, Cristo é a reconciliação entre religião pagã e palavra evangélica. Cristo estabelece a abertura, tanto para os valores pagãos (veja: os decretos 'Lumen Gentium' e 'Ad Gentes' do Concílio Vaticano II), como para o próprio evan-

gelho cujo perigo eminente é o farisaísmo. Cristo pode realizar esta reconciliação, porque Ele viveu a sua pregação, realizou o que anunciou, indicou o caminho da salvação não só pelas palavras mas também pelas obras, o que não se pode dizer dos demais pregadores. Em Cristo não há mentira. Ele já realizou o Reino de Deus. (Veja: M. Seckler, *Das Heil in der Geschichte*).

A reconciliação cristã é essencialmente diferente das reconciliações pagãs, feitas de compromissos e baseadas na covardia, e no 'respeito humano.' Nos tempos atuais, esta reconciliação é voltada para o futuro, no qual o próprio Cristo vai instalar o Reino de Deus e por isso ela é cheia de esperança. (Veja: T. Moltmann, *Theologie der Hoffnung à Teologia da Esperança*).

Na realidade brasileira, haverá, pois, necessidade de evangelizar o próprio catolicismo. Eis a função do ministério da reconciliação dentro do sacerdócio católico.

O Ministério da reconciliação.

Através de diversas formas e diversos carismas (São Paulo fala em apóstolos, profetas, evangelistas, pastores e doutores (Ef. 4, 11) se processa, na igreja, a reconciliação de todos os povos, em Cristo, pela palavra evangélica.

Concretamente, o sacerdócio católico, fruto da reforma gregoriana do século XI e, como tal, condicionado pela história e pelo engajamento sociológico na atual sociedade brasileira, poderá realizar este ministério da reconciliação, segundo a experiência prática de cada sacerdote.

Não existem pistas claras a não ser aquela que o próprio Cristo traçou na sua vida terrestre. Urge, pois, para o sacerdote, no Brasil, realizar de maneira provisória (pois o nosso tempo aqui é limitado) o que Cristo realizou de maneira perfeita na sua vida terrestre.

Existem, contudo, algumas indicações que podem orientar o ministro da reconciliação na atualidade brasileira:

— Uma primeira orientação visa o conhecimento, a estima e mesmo a "vivência" dos valores do paganismo brasileiro. Impõe-se um estudo prático e teórico da cultura brasileira para os candidatos ao sacerdócio. Neste particular, a nossa geração tem imensa responsabilidade, já que os homens que nos precederam não tinham nem interesse nem disposição neste assunto.

Teremos que ser autodidatas nesta matéria, porque os estudos organizados, geralmente, não dão o enfoque necessário de simpatia, abertura e acolhimento que é básico para este tipo de estudo. (Veja: os livros J. Dournes, *Dieu aime les païens*; e *Le Père m' a envoyé*).

— Uma segunda orientação está na linha da conversão, provisória e dinâmica ao evangelho pelo contato com as Sagradas Escrituras e com a Eucaristia. Daí nasce a necessidade de uma formação própria para os candidatos ao sacerdócio. Nós, católicos, ainda não temos uma teologia impregnada de temas bíblicos. Tudo indica que o futuro da teologia nos reserva grandes progressos neste campo. (Veja: J. Comblin, *a Teologia Católica após Pio XII*, REB, 1968)

— Finalmente, a reconciliação é uma atitude fundamental do sacerdote que pressupõe a formação de virtudes como a sinceridade, a coragem, a modéstia, a responsabilidade.

Reconciliar o paganismo, em Cristo, pelo evangelho, exige, do ministro, um aperfeiçoamento contínuo da sua personalidade. (Veja: H. Küng, *Veracidade, o futuro da Igreja*, Herder, S. Paulo, 1969).